



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
DNIT

BOLETIM ADMINISTRATIVO

EDIÇÃO Nº 166

Brasília-DF, 30 de agosto de 2023



Em cumprimento a Instrução Normativa/Diretor-Geral/DNIT nº 34, de 08 de julho de 2021, publicada no Boletim Administrativo Edição nº 129 de 12 de julho de 2021.

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado dos Transportes

José Renan Vasconcelos Calheiros Filho

Conselho de Administração

Presidente – George André Palermo Santoro - Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes

Diretor-Geral

Fabrcio de Oliveira Galvão

Diretor-Executivo

Carlos Antônio Rocha de Barros

Procurador-Geral junto ao DNIT

Julio Cesar Barbosa Melo

Auditor

Irasmon Gomes de Melo

Corregedor substituto

Arthur Kelsen de Oliveira Macêdo

Ouvidor

Varley Pires da Mata

Diretora de Administração e Finanças substituta

Fernanda Gimenez Machado Faé

Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas

Dyogo da Rocha Capistrano

Diretor de Infraestrutura Aquaviária

Erick Moura de Medeiros

Diretor de Infraestrutura Ferroviária

José Eduardo Guidi

Diretor de Infraestrutura Rodoviária

Fábio Pessoa da Silva Nunes

Diretor de Planejamento e Pesquisa

Luiz Guilherme Rodrigues de Mello

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS

Superintendente Regional no Estado do Acre
Ricardo Augusto Mello de Araújo

Superintendente Regional no Estado da Paraíba
Arnaldo Monteiro Costa

Superintendente Regional no Estado de Alagoas
André Paes Cerqueira de França

Superintendente Regional no Estado do Paraná
Hélio Gomes da Silva Junior

Superintendente Regional no Estado do Amapá
Marcelo Vieira Linhares

Superintendente Regional no Estado do Pernambuco
Bruno Lezan Bittencourt

Superintendente Regional no Estado do Amazonas substituto
Orlando Fanaia Machado

Superintendente Regional no Estado do Piauí
José Ribamar Bastos

Superintendente Regional no Estado da Bahia
Roberto Alcantara de Souza

Superintendente Regional no Estado do Rio de Janeiro
Fernando Luiz Correia

Superintendente Regional no Estado do Ceará
Francisco Williams Cabral Filho

Superintendente Regional no Estado do Rio Grande do Norte
Getúlio Batista da Silva Neto

Superintendente Regional no Estado do Espírito Santo
Romeu Scheibe Neto

Superintendente Regional no Estado do Rio Grande do Sul
Hiratan Pinheiro da Silva

Superintendente Regional no Estado de Goiás e Distrito Federal
Isabela Arantes de Melo Veloso Bucker

Superintendente Regional no Estado de Rondônia
André Lima dos Santos

Superintendente Regional no Estado do Maranhão
Glauco Henrique Ferreira da Silva

Superintendente Regional no Estado de Roraima
Igo Gomes Brasil

Superintendente Regional no Estado do Mato Grosso
Djalma Silvestre Fernandes

Superintendente Regional no Estado de Santa Catarina
Alysson Rodrigo de Andrade

Superintendente Regional no Estado do Mato Grosso do Sul
Euro Nunes Varanis Junior

Superintendente Regional no Estado de São Paulo
Peterson Ruan Aiello do Couto Ramos

Superintendente Regional no Estado de Minas Gerais
Antonio Gabriel Oliveira dos Santos

Superintendente Regional no Estado de Sergipe
Halpher Luiggi Monico Rosa

Superintendente Regional no Estado do Pará
Diego Benitah Batista

Superintendente Regional no Estado do Tocantins
Renan Bezerra de Melo Pereira

SUMÁRIO

DIREÇÃO SUPERIOR.....	5
DIRETORIA COLEGIADA	5
DIRETORIA-GERAL	33
DIRETORIAS SETORIAIS.....	34
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	34
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA	35
SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS	38
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE ALAGOAS	38
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ	40
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	43
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARÁ	44
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DA PARAÍBA	48
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO	49

DIREÇÃO SUPERIOR**DIRETORIA COLEGIADA****INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9/DNIT SEDE, DE 29 DE AGOSTO DE 2023**

Dispõe sobre a regulamentação do procedimento de aprovação dos artefatos licitatórios, em conformidade com a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

A DIRETORIA COLEGIADA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT, representada pelo Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 12 do Regimento Interno aprovado pela Resolução/CONSAD nº 39, de 17/11/2020, publicada no DOU de 19/11/2020, o Relato nº 141/2023/ SAA - DAF/DAF/DNIT SEDE, o qual foi incluído na Ata da 32ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 22/08/2023, e tendo em vista o constante no **processo nº 50600.009291/2021-43** resolve:

Art. 1º FIXAR normas gerais para licitações da Autarquia, regulamentando a sistemática do procedimento de aprovação dos artefatos licitatórios nas Diretorias Setoriais, nas Superintendências Regionais, referentes a aquisições, projetos, obras e serviços diretamente relacionados com a infraestrutura de transportes, licitadas em conformidade com a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E CONDIÇÕES GERAIS

Art. 2º A disposição sobre controles internos, gestão de riscos e governança devem seguir a Instrução Normativa Conjunta nº 1 de 10 de maio de 2016, a qual elenca os princípios a serem observados, os objetivos da gestão de riscos e as responsabilidades no âmbito do Poder Executivo Federal.

Art. 3º Define-se Lista de Verificação (*Checklist*) como sendo a diretriz única e organizada que, além de ser um mecanismo de controle, promove a eficiência e agilidade nos trâmites para a contratação que se pretende realizar.

§1º A Lista de Verificação deverá ser adotada após a elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico, Atos Preparatórios e de outros documentos que porventura forem inseridos no processo, no intuito de evidenciar os atos administrativos previstos na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, fundamentais à instrução do procedimento licitatório.

§2º A lista de Verificação deverá ser preenchida em duas etapas:

I - *checklist* de fase interna (Anexos I, II), a ser preenchida pela área responsável, em momento anterior ao envio do processo ao setor de licitações; e

II - *checklist* de fase externa (Anexo III), a ser preenchida pelo pregoeiro, agente de contratação ou comissão de contratação, em momento anterior ao envio do processo para homologação.

Art. 4º A fase interna, ou preparatória, é anterior à publicação e divulgação do ato convocatório e visa estabelecer a necessidade da contratação e seus parâmetros.

Art. 5º A fase externa se inicia com a publicação do Edital de Licitação com a sucinta informação sobre o objeto a ser licitado, devendo ainda, conter o local onde se poderá obter a íntegra do instrumento convocatório e todas as demais informações necessárias sobre o procedimento licitatório divulgado.

Art. 6º Deverão ser observados os procedimentos dispostos na Instrução Normativa nº 74/DNIT SEDE de 29 de novembro de 2021, que instituiu o Sistema Eletrônico de Informações – SEI como Sistema Oficial de Gestão de Documentos e Processos Eletrônicos no âmbito do DNIT, o qual possui três níveis de acesso possíveis: sigiloso, restrito e público.

§1º Os processos de nível restrito somente poderão ser visualizados pelas unidades que efetuaram operações, sendo visualizado pelos demais somente o número do processo e a descrição do documento.

§2º Os processos de nível sigiloso são identificados por um ícone vermelho e somente terão acesso os usuários com perfil autorizado, sendo escolhida uma das opções: Secreto, Ultrassecreto ou Reservado.

Art. 7º Os processos eletrônicos desta Autarquia, atuados no sistema eletrônico de Informações -SEI, que visem à contratação de serviços ou obras de toda espécie, ou a aquisição de quaisquer tipos de bens, mediante procedimento licitatório, deverão ser, obrigatoriamente, iniciados com Nível de Acesso RESTRITO pela área ou unidade responsável por iniciar o processo.

§1º Ao cadastrar o processo como RESTRITO a hipótese legal a ser utilizada para confirmar o acesso será: Documento Preparatório – Art. 7º, §3º, da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

§2º Iniciada a fase externa, a área que deu início ao processo no SEI, ou a Coordenação Geral de Cadastro e Licitações – CGCL/DAF na Sede, ou Serviço de Cadastro e Licitações nas Superintendências Regionais, deverá alterar o nível de acesso para PÚBLICO.

§3º Os procedimentos descritos nos §1º e §2º são respaldados pelo Art. 18, I, parágrafo único da Instrução Normativa nº 74 de 29/11/21, combinado com o Art. 7º, §3º da Lei nº 12.527, de 2011.

CAPÍTULO II DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À CAPACITAÇÃO TÉCNICA

Art. 8º É vedada a imposição de limites ou de quantidade certa de atestados ou certidões para fins de comprovação da qualificação técnica.

Parágrafo único. Caso a natureza e a complexidade técnica da obra ou serviço mostrem indispensáveis tais restrições, deverá ser comprovado a pertinência e a necessidade de estabelecer limites ao somatório de atestados ou mesmo não o permitir no exame da qualificação técnica do licitante.

Art. 9º É vedada a utilização dos mesmos atestados (técnico profissional/operacional) de forma integral pelas empresas cindidas, devendo ser comprovado o que foi efetivamente transferido, seja na hipótese de cisão total ou parcial.

Parágrafo único. Na falta de comprovação deverá ser utilizada a regra de proporcionalidade relacionada a participação financeira.

Art. 10. É vedada a utilização dos mesmos atestados (técnico profissional/operacional) de forma integral decorrentes de atuação em consórcio, devendo ser comprovado a parte da execução relacionada ao objeto do contrato.

Parágrafo único. Na falta de comprovação, deverá ser utilizada a regra de proporcionalidade prevista no §10º do art. 67 da lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO III DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Art. 11. As empresas ou consórcios contratados deverão manter, durante todo o período de fornecimento ou execução do objeto, as condições de habilitação exigidas na licitação.

Art. 12. O DNIT deverá ter prévio conhecimento sempre que houver alteração na pessoa jurídica ou na composição original dos consórcios, de forma a analisar se as condições de habilitação permanecem em atendimento ao disposto no instrumento convocatório ou contrato.

Art. 13. Cabe ao agente de contratação, comissão de contratação, pregoeiro e gestores dos contratos agir com diligência quando da análise da documentação encaminhada pelas empresas sempre que houver a ocorrência de qualquer alteração que importe na transferência de acervo técnico e financeiro.

Art. 14. Não configura inconstitucionalidade ou ilegalidade a continuidade de contrato firmado com empresa objeto de cisão, fusão ou incorporação, caso sejam atendidos os seguintes requisitos:

- I - sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- II - sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- III - não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e
- IV - haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CAPÍTULO IV DA UTILIZAÇÃO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO TÉCNICA E PREÇO

Art. 15. O critério de julgamento técnica e preço deverá ser utilizado quando o estudo técnico preliminar evidenciar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas, que superarem os requisitos mínimos exigidos no edital, forem relevantes para alcançar o objetivo da Administração nas contratações para:

- I - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado;
- II - serviços majoritariamente dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito, conforme atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação;
- III - bens e serviços especiais de tecnologia da informação e de comunicação; e
- IV - obras e serviços especiais de engenharia.

Parágrafo único. Nas licitações para contratação dos serviços previstos nas alíneas “a”, “d” e “h” do inciso XVIII do caput do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, cujo valor estimado da contratação seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o julgamento será por:

- I - melhor técnica; ou
- II - técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica.

Art. 16. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:

- I - verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;
- II - atribuição de notas a quesitos de natureza qualitativa por banca designada para esse fim, de acordo com orientações e limites definidos em edital, considerados a demonstração de conhecimento do objeto, a metodologia e o programa de trabalho, a qualificação das equipes técnicas e a relação dos produtos que serão entregues; e

III - atribuição de notas por desempenho do licitante em contratações anteriores aferida nos documentos comprobatórios de que trata o § 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021 e em registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CAPÍTULO V DAS GARANTIAS

Art. 17. A garantia de proposta será requisito de pré-habilitação, quando exigida, conforme preceitua o art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 18. A garantia contratual se trata de requisito para assinatura do contrato.

Art. 19. O descumprimento relacionado a garantia contratual gera a desclassificação da empresa pelo não atendimento às exigências do ato convocatório, conforme o art. 59, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

§1º Caso a empresa vencedora do certame não apresente garantia contratual, serão convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, conforme previsto no art. 90, §§2º e 4º da Lei nº 14.133/2021.

§2º Durante a execução do contrato, a empresa que, por motivos diversos, não conseguir manter a garantia contratual ou prorrogar, quando necessário, a vigência da garantia contratual, poderá ter o contrato rescindido e, neste caso, deverão ser convocados os licitantes remanescentes, com fulcro no art. 90, §7º da Lei nº 14.133/2021.

Art. 20. As decisões que levarem a desclassificação, inabilitação e rescisão contratual deverão ser devidamente motivadas nos autos, com a comprovação das alegações que a fundamentaram.

Parágrafo único. Nos casos de rescisão do contrato, por ausência de garantia contratual durante sua execução, deverá ser descrito os prejuízos gerados à Administração Pública, bem como deverá ser analisado a conveniência e oportunidade e seu reflexo no interesse público.

Art. 21. Deverá ser avaliado, caso a caso, a necessidade ou não de abertura de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade — PAAR, com o devido respeito ao rito descrito em Instrução Normativa, bem como ao contraditório e ampla defesa previstos constitucionalmente.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Os processos encaminhados à Coordenação-Geral de Cadastro e Licitações do DNIT – CGCL ou às Áreas de Cadastro e Licitações das Superintendências Regionais, visando a elaboração de editais, que não estiverem de acordo com esta instrução, por ausência da Lista de

Verificação (*Checklist*), dados incompletos ou inconsistentes, falta de documentos, inexistência ou erro de despachos, ou ainda, qualquer irregularidade que contrarie as instruções, normas ou preceitos legais vigentes e aplicáveis, serão devolvidos ao setor competente que os encaminhou para as devidas correções.

Parágrafo único. As rotinas de aprovação dos artefatos licitatórios no DNIT são importantes em cada fase dos processos licitatórios (instrução, análise e aprovação) e abrangem as Diretorias Setoriais, Superintendências Regionais, devendo, portanto, ser adotadas por todas as áreas do DNIT.

Art. 23. Fica revogada a Instrução Normativa nº 42/DNIT SEDE, de 04 de agosto de 2021 a partir de 1º de janeiro de 2024.

Art. 24. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO
Diretor-Geral

ANEXO I LISTA DE VERIFICAÇÃO

Notas explicativas

A presente lista de verificação foi elaborada com base na disciplina conferida pela Lei nº 14.133/21 para aquisições, serviços e obras.

A presente lista pressupõe a utilização dos modelos de editais, contratos e termos de referência elaborados pela CNMLC em conjunto com a Seges/ME, uma vez que tais modelos cumprem os requisitos legais essenciais, dispensando sua verificação específica^[1].

A lista deve ser preenchida pelo órgão contratante como instrumento de transparência e eficiência durante a fase de instrução do processo para permitir a conferência das exigências mínimas nela contidas, devendo ser juntada ao processo antes da remessa ao órgão de assessoramento jurídico.

A lista foi dividida em **cinco** seções. A primeira trata de requisitos gerais de todas as contratações. A segunda seção abrange aspectos específicos da pesquisa de preços e das questões orçamentárias. A terceira seção abrange aspectos relativos a aquisições. A quarta seção abrange aspectos específicos para contratação de serviços em geral. Já a última seção diz respeito a aspectos relativos a serviços de engenharia e obras.

A coluna “Atende plenamente a exigência?”

Deverá ser preenchida apenas com as respostas pré-definidas no formulário, sendo:

Sim: atende plenamente a exigência

Não: não atende plenamente a exigência

Não se aplica: a exigência não é feita para o caso analisado

Na utilização das listas deverão ser analisadas as consequências para cada negativa, se pode ser suprida mediante justificativa ou enquadramentos específicos, ou se deve haver complementação da instrução.

Eventuais sugestões de alteração de texto desta lista poderão ser encaminhadas ao e-mail: cgcl.apoio@dnit.gov.br

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Houve abertura de um único processo administrativo autuado, protocolado e numerado? [ii]	Resposta	
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa? [iii]	Resposta	
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação? [iv]	Resposta	
Foi certificado o atendimento do princípio da segregação de funções? [v]	Resposta	
Consta documento de formalização de demanda? [vi]	Resposta	
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual? [vii]	Resposta	
Há indicação da funcional programática por onde ocorrerão as despesas para atender a execução do empreendimento? Em caso afirmativo, deverão conter as seguintes informações: Gestão/Unidades; UGR; Fonte; Programa de Trabalho; Elemento de Despesa; PI	Resposta	
Há nos autos declaração do ordenador de despesas de que o gasto decorrente da contratação tem compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias?	Resposta	
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias? [viii]	Resposta	
Há indicação do objeto de forma precisa e suficientemente clara, sem limitações de caráter competitivo?	Resposta	
Há informação sobre agrupamento de itens, a disposição que se encontra e sua devida justificativa?	Resposta	
Está informado se é ou não permitido a subcontratação com a justificativa motivada?	Resposta	
Há Estudo Técnico Preliminar? [ix]	Resposta	
Foi certificada a utilização do Sistema ETP Digital ou o atendimento das regras e procedimentos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81 de 25 de novembro de 2022 (ou outra que vier a substituir)?	Resposta	
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo com a respectiva memória de cálculo, a estimativa do valor, a manifestação	Resposta	

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação? [x]		
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares? [xi]	Resposta	
Há Análise de Riscos, consolidada em mapa de risco, conforme previsão do artigo 26 da IN 05/2017(ou outra que vier a substituir)? [xii]	Resposta	
Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto? [xiii]	Resposta	
Há indicação da modalidade a ser adotada?	Resposta	
Há indicação do critério de julgamento a ser adotado?	Resposta	
No caso em que seja adotado o critério de julgamento “técnica e preço” houve a demonstração no ETP de que a avaliação e ponderação da qualidade técnica das propostas são relevantes aos fins pretendidos pela Administração? [xiv]	Resposta	
No caso em que seja adotado o critério de julgamento “técnica e preço” a avaliação foi realizada de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 37 da Lei nº 14.133/21?	Resposta	
Há indicação do regime de execução a ser adotado?	Resposta	
Há termo de referência? [xv]	Resposta	
Foi certificada a utilização do Sistema TR Digital ou o atendimento das regras e procedimentos da IN ME 81/2022(ou outra que vier a substituir)? [xvi]	Resposta	
Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização? [xvii]	Resposta	
Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?	Resposta	
Foi certificado que o TR está alinhado com o Plano de Contratações Anual e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração? [xviii]	Resposta	
O TR contempla definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução, requisitos da contratação, modelo de execução, modelo de gestão, critérios de medição e de pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação e, não se tratando de registro de preços, adequação orçamentária? [xix]	Resposta	
Foi indicado no Termo de Referência o modo de disputa?	Resposta	
Foi indicado no Termo de Referência o intervalo entre os lances?	Resposta	
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica, elas foram justificadas no processo [xx] ?	Resposta	
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica, elas são específicas e objetivas?	Resposta	

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica e o objeto licitatório refira-se a contratações para: a) entrega imediata; b) contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, ou; c) contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$324.122,46 (valor atualizado anualmente), houve justificativa para não dispensá-las? [xxi]	Resposta	
Ao final da elaboração do TR, houve avaliação quanto à necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011? [xxii]	Resposta	
Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais do DNIT, com eventuais alterações destacadas e justificadas, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização? [xxiii]	Resposta	
Caso seja adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável consta do edital da licitação? [xxiv]	Resposta	
Há justificativa para que o orçamento estimado da contratação tenha caráter sigiloso?	Resposta	
Consta dos autos a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação? [xxv]	Resposta	
Há declaração de concordância com a utilização da relação de índices contábeis exigidos no edital padrão para fins de qualificação econômico-financeira?	Resposta	
Caso não haja concordância com os índices exigidos no edital padrão, há justificativa para inclusão ou exclusão de índices do edital?	Resposta	
Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R\$80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade?	Resposta	
Foi mantida no edital cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado? [xxvi]	Resposta	
Caso tenha sido vedada a participação de cooperativas, consta justificativa nos autos? [xxvii]	Resposta	
Caso tenha sido vedada a participação de consórcios, consta justificativa nos autos? [xxviii]	Resposta	
A proposta está compatível com o Edital e especificações do Termo de Referência, contendo: Descrição do material ou serviço; Preços unitários e total detalhados em planilha; Prazo de validade da proposta e garantia e Modelo de proposta em branco a ser enviada pelos licitantes?	Resposta	
Há justificativa da necessidade de vistoria? Nos casos em que não for obrigatório e a empresa não desejar realizá-la, foi fornecido Declaração de Pleno conhecimento das Condições de Vistoria?	Resposta	

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
A administração informou que não poderá impedir a vistoria, somente quando devidamente justificada?		
Foi indicado o(s) locais de entrega dos bens ou da realização dos serviços?	Resposta	
Foi indicado o prazo da execução dos serviços e/ou prazo máximo de entrega dos materiais?	Resposta	
Foi especificado os prazos e condições de garantia do objeto como um todo ou dos seus componentes conforme o caso?	Resposta	
Foi informado as principais obrigações a serem atendidas pela empresa para execução do objeto?	Resposta	
Foi informado as obrigações da administração?	Resposta	
Foi informado qual são os critérios adotados para a medição dos serviços executados?	Resposta	
Foi indicado servidor para executar a fiscalização do contrato resultante da licitação, o qual registrará todas as ocorrências e deficiências em relatório?	Resposta	
Foi indicado a data para vigência do contrato?	Resposta	
Foi apresentado a forma de garantia contratual?	Resposta	
Há previsão de sanções?	Resposta	
No caso de contratação de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, há previsão de obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contados da celebração do contrato?	Resposta	
As seguintes assinaturas estão presentes: Declaração de responsabilidade por elaboração do Termo de Referência; Coordenador Geral da área; Responsável técnico pelas planilhas orçamentárias; Aprovação pelo Diretor da Área demandante, ou portaria no caso de delegação de competência.	Resposta	

VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL (ADMINISTRATIVOS E DE ENGENHARIA)	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Consta orçamento estimado com as composições detalhadas dos preços utilizados para sua formação? [xxix]	Resposta	
Foi certificado que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto? [xxx]	Resposta	
Foi certificado que o estimado preço foi obtido com base em pelo menos três preços ou houve justificativa pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente para a hipótese excepcional em que não for respeitado referido número mínimo? [xxxi]	Resposta	

VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL (ADMINISTRATIVOS E DE ENGENHARIA)	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Caso o preço tenha sido obtido unicamente com base nos sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços ou banco de preços em saúde, foi certificado que o valor estimado não é superior à mediana do item nos sistemas consultados? [xxxii]	Resposta	
A pesquisa de preços contém, no mínimo, I - descrição do objeto a ser contratado; II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento; III - caracterização das fontes consultadas; IV - série de preços coletados; V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado; VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável; VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º da IN Seges 65/2021(ou outra que vier a substituir)? [xxxiii]	Resposta	
Foi certificado que foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, ou justificada a impossibilidade de utilização dessas fontes? [xxxiv]	Resposta	
Caso a pesquisa tenha se baseado em contratações similares feitas pela Administração Pública e já concluídas, a conclusão ocorreu em prazo inferior a 1 (um) ano à data da pesquisa de preços ou houve a devida justificativa para a utilização excepcional de preços de contratação concluída há mais de um ano? [xxxv]	Resposta	
Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, na hipótese em que ela for cabível, foi observado o número mínimo de consulta a três fornecedores ou foram instruídos os autos com as devidas justificativas? [xxxvi]	Resposta	
Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, foi certificada a observância de os orçamentos obtidos serem datados no máximo com 6 meses de antecedência da data prevista para divulgação do edital ou certificado que haverá a devida atualização caso ultrapassado esse prazo? [xxxvii]	Resposta	
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que o prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação? [xxxviii]	Resposta	
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que os orçamentos contêm: a) descrição do objeto, valor unitário e total; b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato; d) data de emissão; e e) nome completo e identificação do responsável? [xxxix]	Resposta	
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que a consulta conteve informação das características da contratação contidas no art. 4º da IN Seges 65/2021, com vistas à melhor	Resposta	

VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL (ADMINISTRATIVOS E DE ENGENHARIA)	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado? [xi]		
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, consta dos autos a relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação feita? [xii]	Resposta	
Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193/19? [xiii]	Resposta	
Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira? [xiv]	Resposta	

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA AQUISIÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Se o objeto a ser contratado for bem de consumo, foi certificado que não se enquadra como bem de luxo? [xv]	Resposta	
Foi certificado que a aquisição e pagamento observarão condições semelhantes às do setor privado ou houve justificativa para não observância dessas condições? [xvi]	Resposta	
Há justificativa para não utilização de sistema de registro de preços? [xvii]	Resposta	
Foi certificado que a determinação do quantitativo a ser adquirido considerou a estimativa de consumo e utilização prováveis, com base em técnica adequada? [xviii]	Resposta	
Há manifestação sobre o atendimento do princípio da padronização? [xix]	Resposta	
Há manifestação sobre o atendimento do princípio do parcelamento? [xx]	Resposta	
Caso o objeto contemple item de aquisição de bens de natureza divisível, com valor superior a R\$80.000,00, foi prevista a cota reservada ou justificada sua não previsão?	Resposta	
No caso da cota reservada, a divisão do quantitativo destinado à cota procurou observar o limite percentual de até 25% do total, independentemente do valor da cota?	Resposta	
Há manifestação sobre a compatibilidade da despesa estimada com a prevista nas leis orçamentárias? [xxi]	Resposta	
Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização? [xxii]	Resposta	
Caso haja indicação de marca ou modelo, consta justificativa para a indicação? [xxiii]	Resposta	
Foi informado que a aprovação da amostra é condição de aceitação da proposta?	Resposta	

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA AQUISIÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Caso seja estritamente necessária a apresentação de amostra poderá ser exigida, somente ao licitante provisoriamente em primeiro lugar.		
Há indicação quanto as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material bem como garantia dos produtos?	Resposta	
Havendo vedação de determinada marca ou produto, foi indicada a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração? [liii]	Resposta	
Há certificação no ETP ou nos autos de que a opção pela aquisição é mais vantajosa do que eventuais alternativas, como a locação de bens? [liv]	Resposta	

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Houve manifestação quanto à observância do princípio da padronização? [lv]	Resposta	
Houve manifestação quanto à observância do princípio do parcelamento? [lvi]	Resposta	
Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização? [lvii]	Resposta	
Foi certificado que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade? [lviii]	Resposta	
Tratando-se de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital definiu o local da realização dos serviços? [lix]	Resposta	
Há indicação sobre o serviço ser contínuo ou não contínuo? Deverá ser justificado e motivado nos dois casos.	Resposta	
Há indicação sobre o serviço ser com dedicação exclusiva de mão de obra?	Resposta	
Foi observada a vedação de definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos? [lx]	Resposta	
Foi observada a vedação de exigência que constitua intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado? [lxi]	Resposta	
Consta do edital que durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato? [lxii]	Resposta	

<u>VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL</u>	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Caso a Administração pretenda contratar mais de uma empresa para a execução do objeto, está atestado nos autos que (i) não há perda de economia de escala, (ii) é possível e conveniente a execução simultânea e (iii) há controle individualizado para a execução de cada contratado? [lxiii]	Resposta	

<u>VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA E OBRAS</u>	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Há as seguintes especificações? Superintendência; Rodovia/Ferrovia/outro; Trecho; Subtrecho; Segmento; Extensão; Código do SNV (xxxx)	Resposta	
Há licença ambiental com a informação do tipo, número e data de vigência (LP ou LI e Termo de Compromisso /Regularização Ambiental)? [lxiv]	Resposta	
Caso não haja licença ambiental, consta, na matriz de risco, a responsabilidade pela licença prévia por parte da contratada?	Resposta	
Há indicação de pesquisa com utilização de tabelas específicas como referência de preços como por exemplo: SICRO e SINAPI? Em caso afirmativo, deverá ser informado como foi realizada a pesquisa.	Resposta	
Consta matriz de risco? [lxv]	Resposta	
Consta taxa de risco?	Resposta	
Há previsão de disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas?	Resposta	
Há previsão de mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental?	Resposta	
Há previsão de utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais?	Resposta	
Há previsão de avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística?	Resposta	
Há previsão de proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas?	Resposta	
Há previsão de acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida?	Resposta	

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA <u>SERVIÇOS DE ENGENHARIA E OBRAS</u>	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Consta Anteprojeto com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico? [lxvi]	Resposta	
Consta Projeto Básico com todos os elementos necessários e suficientes e com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço? [lxvii]	Resposta	
No caso de contratação de obras e serviços de engenharia de grande vulto, há exigência de prestação de garantia, na modalidade seguro-garantia, com cláusula de retomada, em percentual equivalente a até 30% (trinta por cento) do valor inicial do contrato?		

PARTES INTEGRANTES DO PROCESSO		
	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Termo de Referência		
Ato de designação do agente de contratação, equipe de apoio e comissão de contratação		
Declaração de Existência de Recursos orçamentários		
Declaração exigida na Lei de Responsabilidade Fiscal com Aprovação do ordenação de despesas para início dos procedimentos licitatórios.		
Orçamento estimado, detalhado em planilhas de custo unitários e totais.		
Pesquisa orçamentária em branco para preenchimento por parte dos licitantes		
Modelos de declarações, termos, cartas, etc.		
Minuta de contrato		
Minuta de edital e anexos		
Intenção de Registro de Preços quando a modalidade for Pregão por SRP		
Foi utilizada a Minuta Padrão aprovada pela Diretoria Colegiada do DNIT?		

[\[i\]](#) ON AGU 69/2021: “Não é obrigatória manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, E § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação. Aplica-se o mesmo entendimento às contratações diretas fundadas no art. 74, da Lei nº 14.133, de 2021, desde que seus valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021.

[\[iii\]](#) Obs.: Dispõe a ON-AGU 2/2009: “os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento.”

[\[iii\]](#) Decreto nº 8.539/2015 e art. 12, VI, da Lei 14133/21

[\[iv\]](#) Art. 7º, *caput*, da Lei 14133/21

[\[v\]](#) Art. 7º, §1º, da Lei 14133/21. Art. 12 do Decreto 11246/22.

[\[vi\]](#) O DFD é documento obrigatório que deve constar em qualquer processo de contratação, conforme art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14133/21. A regra é que o DFD já tenha sido elaborado para os fins do PCA. Neste caso, é salutar que haja a juntada de sua cópia nos autos. Entretanto, nos casos previstos no art. 7º do Decreto nº 10.947/22, há a dispensa do registro da contratação no plano anual, o que implica na não elaboração, naquela oportunidade, do DFD. Então, nesta hipótese, o DFD constará apenas do processo de contratação direta, conforme art. 12, VII e §1º, da Lei 14133/21 e art. 7º do Decreto 10947/22, já citados.

[\[vii\]](#). Destaque-se que, para as contratações da Lei nº 14133/21, aplica-se, quanto ao Plano de Contratações Anual, apenas o Decreto nº 10947/22 e não a IN SEGES/ME nº 1/2019, conforme Nota n. 00001/2021/CNMLC/CGU/AGU. Quanto a esse Decreto, atentar para as exceções da obrigatoriedade de registro dispostas no seu art. 7º, informações classificadas como sigilosas, as contratações feitas por suprimento de fundos e pequenas compras e serviços de pronto pagamento do art. 95, §2º, todos da Lei nº 14133/21.

[\[viii\]](#) Art. 18 da Lei 14133/21

[\[ix\]](#) Art. 18, §1º, da Lei 14133/21

[\[x\]](#) Art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei 14133/21.

Obs.: os incisos obrigatórios são:

“I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

[...]

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

[...]

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

[...]

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

[...]

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.”

[\[xi\]](#) Art. 18, §2º, da Lei 14133/21

[\[xii\]](#) Art. 18, X, da Lei nº 14133/21. Cabe ressaltar que a análise de riscos não se confunde com a matriz de alocação de riscos, já que aquela é ato interno de planejamento da contratação, enquanto esta é cláusula contratual de pactuação de riscos com o contratado.

[\[xiii\]](#) Art. 5º e art. 11, I e IV, da Lei 14133/21

Obs.: Recomenda-se a consulta ao “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis”, da CGU/AGU, que contém orientações indispensáveis para a contratação de determinados objetos.

[\[xiv\]](#) Art. 36. O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.

§ 1º O critério de julgamento de que trata o caput deste artigo será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a I - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:

empregado;

II - serviços majoritariamente dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito, conforme atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação;

III - bens e serviços especiais de tecnologia da informação e de comunicação;

IV - obras e serviços especiais de engenharia;

[\[xv\]](#) Art. 18, II, da Lei 14133/21; IN ME nº 81/2022.

[\[xvi\]](#) Art. 4º da IN ME nº 81/2022.

[\[xvii\]](#) Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21; Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas; art. 9º, §3º, da IN ME nº 81/2022.

[\[xviii\]](#) Art. 7º da IN ME nº 81/2022.

[\[xix\]](#) Art. 9º da IN ME nº 81/2022. Embora os modelos devam contemplar todos esses elementos, é recomendável conferir se eles estão presentes na versão final.

[\[xx\]](#) art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133, de 2021.

[\[xxi\]](#) O artigo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, preceitua que “o processo de licitação pública... somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”. Já o art. 70, III estabelece que as exigências de habilitação poderão ser dispensadas nos casos especificados no item da lista de verificação. A combinação da disposição constitucional com a disposição legal resulta que as exigências de qualificação técnica e econômica nas situações retratadas no art. 70, III, deve ser excepcional e justificada.

[\[xxii\]](#) Art. 10 da IN ME nº 81/2022.

[\[xxiii\]](#) Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21; Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas.

[\[xxiv\]](#) Art. 24, par. ún., da Lei 14133/21.

[\[xxv\]](#) Art. 18, XI, da Lei 14133/21. Art. 10 da IN Seges 65/2021.

[\[xxvi\]](#) Art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/21. Embora os modelos de editais devam trazer essa cláusula, o item da Lista é uma cautela para confirmar que a versão final manteve essa cláusula obrigatória.

[\[xxvii\]](#) Art. 9º, I, “a”, e art. 16 da Lei nº 14.133/21.

[\[xxviii\]](#) Art. 9º, I, “a”, e art. 15 da Lei nº 14.133/21.

[\[xxix\]](#) Art. 18, IV, da Lei 14133/21. Art. 9º da IN Seges 65/21, c.c. art. 30, X, da IN Seges 5/2017;

[\[xxx\]](#) Art. 23 da Lei 14133/21.

[\[xxxi\]](#) Art. 6º, §5º, da IN Seges nº 65/21.

[\[xxxii\]](#) Art. 6º, §6º, da IN Seges nº 65/21.

[\[xxxiii\]](#) Art. 3º da IN Seges 65/21.

[\[xxxiv\]](#) Art. 5º e §1º da IN Seges nº 65/21.

[\[xxxv\]](#) Art. 5º, II, da IN Seges 65/21.

[\[xxxvi\]](#) Art. 5º, IV, e art. 6º, §5º, da IN Seges 65/21.

[\[xxxvii\]](#) Art. 5º, IV, da IN Seges 65/21.

[\[xxxviii\]](#) Art. 5º e §2º, inc. I, da IN Seges 65/21.

[\[xxxix\]](#) Art. 5º e §2º, inc. II, da IN Seges 65/21.

[\[xl\]](#) Art. 5º e §2º, inc. III, da IN Seges 65/21. Prevê o art. 4º da IN Seges 65/21, referido no item: “Art. 4º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.”

[\[xli\]](#) Art. 5º e §2º, inc. IV, da IN Seges 65/21.

[\[xlii\]](#) Prevê o art. 3º do referido Decreto: “Art. 3º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio serão autorizadas em ato do Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República. § 1º Para os contratos de qualquer valor, a competência de que trata o caput poderá ser delegada às seguintes autoridades, permitida a subdelegação na forma do § 2º: I - titulares de cargos de natureza especial; II - dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas aos Ministros de Estado; e III - dirigentes máximos das entidades vinculadas. § 2º Para os contratos com valor inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou à autoridade equivalente, permitida a subdelegação nos termos do disposto no § 3º. § 3º Para os contratos com valor igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação.”

[\[xliv\]](#) Art. 16, I e II, da LC 101/2000. Obs. 1: ON AGU 52/2014: “As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 2000”.

[\[xlv\]](#) Art. 20 da Lei 14133/21. Decreto nº 10818/21.

[\[xlv\]](#) Art. 40, I, da Lei 14133/21

[\[xlvi\]](#) Art. 40, II, da Lei 14133/21

[\[xlvii\]](#) Art. 40, III, da Lei 14133/21

[\[xlviii\]](#) Art. 40, V, “a”, da Lei 14133/21

[\[xlix\]](#) Art. 40, V, “b”, da Lei 14133/21

[\[l\]](#) Art. 40, V, “c”, da Lei 14133/21

[\[li\]](#) Art. 19, §2º, e art. 40, §1º, da Lei 14133/21

[\[lii\]](#) Art. 41, I, da Lei 14133/21

[\[liii\]](#) Art. 41, III, da Lei 14133/21

[\[liv\]](#) Art. 44 da Lei 14133/21

[\[lv\]](#) Art. 47, I, da Lei 14133/21

[\[lvi\]](#) Art. 47, II, da Lei 14133/21

[\[lvii\]](#) Art. 19, §2º, e art. 40, §1º, da Lei 14133/21

[\[lviii\]](#) Art. 48 da Lei 14133/21

[\[lix\]](#) Art. 47, §2º, da Lei 14133/21

[\[lx\]](#) Art. 48, III, da Lei 14133/21

[\[lxi\]](#) Art. 48, VI, da Lei 14133/21

[\[lxii\]](#) Art. 48, parágrafo único, da Lei 14133/21

[\[lxiii\]](#) Art. 49 da Lei 14133/21

[\[lxiv\]](#) Art. 115, § 4º da Lei 14133/21 - as contratações de obras e serviços de engenharia, sempre que a responsabilidade pelo licenciamento ambiental for da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, deverão ser obtidas antes da divulgação do edital.

[\[lxv\]](#) Art. 25, § 5º da Lei 14133/21 O edital poderá prever a responsabilidade do contratado pela:

I - obtenção do licenciamento ambiental;

II - realização da desapropriação autorizada pelo poder público.

[\[lxvi\]](#) Art.6º, XXIV da Lei 14.133/21 - anteprojeto: peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, que deve conter, no mínimo, os seguintes elementos:

a) demonstração e justificativa do programa de necessidades, avaliação de demanda do público-alvo, motivação técnico-econômico-social do empreendimento, visão global dos investimentos e definições relacionadas ao nível de serviço desejado;

b) condições de solidez, de segurança e de durabilidade;

c) prazo de entrega;

d) estética do projeto arquitetônico, traçado geométrico e/ou projeto da área de influência, quando cabível;

e) parâmetros de adequação ao interesse público, de economia na utilização, de facilidade na execução, de impacto ambiental e de acessibilidade;

f) proposta de concepção da obra ou do serviço de engenharia;

g) projetos anteriores ou estudos preliminares que embasaram a concepção proposta;

h) levantamento topográfico e cadastral;

i) pareceres de sondagem;

j) memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação;

[\[lxvii\]](#) Art. 6º, XXV da Lei nº 14.133/21 - projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

a) levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida;

b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do projeto executivo e da realização das obras e montagem, a necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao preço e ao prazo inicialmente definidos;

c) identificação dos tipos de serviços a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empreendimento e a segurança executiva na utilização do objeto, para os fins a que se destina, considerados os riscos e os perigos identificáveis, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

d) informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendidos a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, obrigatório exclusivamente para os regimes de execução previstos nos [incisos I, II, III, IV e VII do caput do art. 46 desta Lei](#);

XXVI - projeto executivo: conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes;

**ANEXO II
MODELO DE MAPA DE RISCOS
FASE DE ANÁLISE**

Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

Gestão do Contrato

RISCO 01		
Probabilidade de impacto	() Baixa () Média () Alta	
	() Baixa () Média () Alta	
Id.	Dano	
1.		
Id.	Ação Preventiva	Responsável
1.		
Id.	Ação de Contingência	Responsável

RISCO 02		
Probabilidade de impacto	() Baixa () Média () Alta	
	() Baixa () Média () Alta	
Id.	Dano	
1.		
Id.	Ação Preventiva	Responsável
1.		
Id.	Ação de Contingência	Responsável

Brasília, DF, _____ de _____ de _____.

Assinatura do responsável pelo preenchimento

ANEXO III
LISTA DE VERIFICAÇÃO – PLANO ESTRATÉGICO TCU
ACÓRDÃO nº 2746/2015
LISTA DE VERIFICAÇÃO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO– FASE EXTERNA

Processo nº: _____

Licitação n.º _____

Legislação de regência: Acórdão nº 2746/2015 – TCU1

REQUISITO	SIM	NÃO	N/A	Nº SEI
O agente de contratação cadastrou a licitação de forma correta no SIASG, observando a modalidade, critério de julgamento, modo de disputa, intervalo entre lances, valor estimado da proposta, responsável pela licitação, data da sessão pública e o prazo mínimo de elaboração da proposta? ²				
O agente de contratação retirou a restrição do processo licitatório no SEI após a publicação do Edital, para atendimento ao disposto no Memorando – Circular nº 1097/2018/ASSAD/GAB-DNIT SEDE (0930166-SEI)?				
O agente de contratação instruiu o processo SEI com o Edital publicado e respectivos avisos.				
Consta comprovante da publicação do edital no DOU e em jornal de grande circulação (Lei nº 14.133/2021, art. 54, caput e § 1º)?				
O agente de contratação instruiu o processo SEI com o Edital publicado e respectivos avisos.				
O agente de contratação publicou o Edital, avisos e a Proposta de Preço em arquivo editável no site do DNIT?				
Teve esclarecimentos?				
O agente de contratação respondeu os esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame?				
O agente de contratação instruiu o processo SEI com os esclarecimentos e respectivas respostas?				
O agente de contratação instruiu o processo SEI com o Caderno de Perguntas e Respostas?				
O agente de contratação publicou o Caderno de Perguntas e Respostas no site do DNIT e no <i>Comprasnet</i> ?				
Teve impugnação?				
O agente de contratação instruiu o processo no SEI com a impugnação/decisão de impugnação?				
O agente de contratação publicou a impugnação/decisão de impugnação no site do DNIT?				
O agente de contratação respondeu a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame?				
A decisão de impugnação está fundamentada?				

REQUISITO	SIM	NÃO	N/A	Nº SEI
Houve manifestação da área demandante, de forma a fundamentar a decisão de impugnação?				
Houve necessidade de suspensão do certame?				
O agente de contratação suspendeu o certame no SIASG, gerando a publicação de suspensão no DOU?				
O agente de contratação elaborou o Despacho Decisório de Suspensão, em que fundamenta os motivos que deram causa a suspensão do certame?				
O agente de contratação instruiu o processo SEI com o Despacho Decisório de Suspensão?				
O agente de contratação publicou o Despacho Decisório de Suspensão no site do DNIT?				
Houve necessidade de reabertura do prazo diante das respostas aos esclarecimentos e decisão de impugnação?				
O agente de contratação alterou a data da abertura da sessão no SIASG, gerando a publicação do Aviso de Reabertura no DOU?				
O agente de contratação verificou se houve aumento do valor estimado da licitação?				
O agente de contratação alterou o valor estimado no SIASG quando da reabertura do Certame?				
O agente de contratação publicou o aviso de reabertura em Jornal de Grande Circulação?				
O agente de contratação abriu a sessão pública no horário marcado?				
O agente de contratação realizou a pré - análise das propostas cadastradas? ^[1]				
O agente de contratação iniciou a fase de lances?				
O agente de contratação concedeu tempo hábil para fase de lances anterior ao período de iminência?				
O agente de contratação alertou os licitantes acerca da responsabilização em caso de desistência da proposta, no caso de ofertarem lances inexequíveis?				
O agente de contratação encerrou a fase de lances?				
Após a fase de lances foi verificado se havia fornecedor com direito ao exercício de preferência devido a alguma margem estipulada em regulamento?				
O agente de contratação negociou o preço com a licitante melhor colocada na fase de lances?				
O agente de contratação convocou a licitante para anexar no sistema <i>comprasnet</i> , no prazo estabelecido pelo edital, a proposta de preço e documentação de habilitação?				
O agente de contratação alertou o licitante das sanções cabíveis no caso de não apresentação da proposta?				

REQUISITO	SIM	NÃO	N/A	Nº SEI
O agente de contratação alertou o licitante de que pedidos de prorrogações somente seriam aceitos se solicitados dentro do prazo estabelecido para envio do anexo?				
Os documentos foram enviados?				
O agente de contratação recusou a proposta da licitante que não enviou a documentação?				
O agente de contratação realizou a negociação da proposta com as demais licitantes, em caso de desclassificação das anteriores?				
O agente de contratação verificou a necessidade de Desempate ME/EPP no caso de desclassificação de licitantes anteriores?				
O agente de contratação instruiu o processo SEI com a documentação apresentada pela licitante?				
O agente de contratação publicou a documentação apresentada pela licitante, no site do DNIT, nos casos em que a licitante não conseguiu anexar a proposta no <i>Comprasnet</i> (por motivo devidamente fundamentado e aceito pelo agente de contratação)?				
O agente de contratação aceitou a proposta de preços?				
O agente de contratação confeccionou documento em que fundamenta a análise da Proposta de Preços?				
O agente de contratação realizou diligências necessárias para ajustes formais da proposta?				
Em caso de inexequibilidade, o agente de contratação solicitou documentos que comprovem a exequibilidade da proposta?				
O agente de contratação solicitou Termo de Compromisso de prestação da garantia adicional, conforme disposto no artigo 59, §5º da Lei 14.133/21?				
O agente de contratação realizou consulta a todas as listas oficiais que fornecem informações referentes a restrições para contratar com a Administração Pública?				
O agente de contratação realizou consulta junto ao SICAF?				
O agente de contratação realizou consulta junto ao Banco nacional de Devedores Trabalhistas (CNDT)?				
O agente de contratação realizou consulta junto ao Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa (CNJ)?				
O agente de contratação realizou consulta junto ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?				
O agente de contratação realizou consulta junto ao Cadastro de Inidôneos e Cadastro e Inabilitados (TCU)?				
O agente de contratação instruiu o processo SEI com a Análise da Proposta de Preços?				
O agente de contratação publicou no site do DNIT a Análise da Proposta de Preços?				
Houve manifestação da área demandante, de forma a fundamentar a Análise da Proposta de Preços?				
A licitante foi considerada habilitada?				
O agente de contratação confeccionou documento em que fundamenta análise dos Documentos de Habilitação?				
O agente de contratação realizou diligências necessárias de forma a complementar as informações já inseridas dentro da proposta?				
O agente de contratação instruiu o processo SEI com a Análise da Documentação de Habilitação?				

REQUISITO	SIM	NÃO	N/A	Nº SEI
O agente de contratação publicou no site do DNIT a Análise da Documentação de Habilitação?				
Houve manifestação da área demandante, de forma a fundamentar a Análise da Documentação de Habilitação?				
Foi feita a comprovação da regularidade fiscal do licitante como determina o art. 63,III da Lei nº 14.133/21?				
O agente de contratação divulgou com clareza os atos no Comprasnet, dentro do horário de expediente, e as informações relativas à data e hora das sessões públicas, sua suspensão e reinício em respeito aos princípios da publicidade, transparência e isonomia?				
O agente de contratação encerrou a sessão, gerando a Ata de Realização da Licitação no comprasnet?				
O agente de contratação instruiu o processo SEI com a Ata de Realização da licitação?				
O agente de contratação publicou a Ata de Realização da licitação no site do DNIT?				
Houve interposição de recurso?				
O agente de contratação concedeu prazo de no mínimo 10 (dez) minutos para registro de intenção de recuso? ^[1]				
O agente de contratação exerceu o juízo de admissibilidade das intenções de recurso registradas? ^[1]				
Foram observados os prazos para apresentação e julgamento do recurso (3 dias úteis para apresentação das razões do recurso, 3 dias úteis para contrarrazões e 3 dias úteis para decisão do agente de contratação), conforme Lei nº 14.133/2021, art. 165, § 1º, I e §§ 2º e 4º?				
O agente de contratação confeccionou Decisão de Recurso de forma fundamentada?				
O agente de contratação decidiu o recurso no sistema comprasnet?				
O agente de contratação instruiu o processo SEI com o Recurso e a Decisão de Recurso?				
O agente de contratação publicou o Recurso e a Decisão de Recurso no site do DNIT?				
Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública, foi observado o prazo mínimo de vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, para seu reinício (IN SEGES/ME nº 73/2022, art. 27 e art. 43)?				
Se for o caso, houve registro de fato indicando a conduta e as evidências de infração previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, e consequente recomendação para a autoridade competente proceder a instauração de processo de penalidade (Lei nº 14.133, artigos 156, 157 e 158)?				
O agente de contratação confeccionou Relatório Final da Licitação para fins de homologação por parte da Autoridade competente, contendo todas as informações do pregão, bem como possíveis irregularidades passíveis de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade?				
O agente de contratação preencheu a Lista de Verificação da Orientação Normativa/SEGES nº 2/16 – Anexo II e instruiu o processo com o Checklist?				

Brasília (DF), ____ de _____ de ____.

Assinatura do Agente de Contratação

PORTARIA Nº 4830, DE 28 DE AGOSTO DE 2023

A DIRETORIA COLEGIADA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT, representada pelo Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos art. 12 do Regimento Interno aprovado pela Resolução/CONSAD nº 39, de 17/11/2020, publicada no DOU de 19/11/2020, e tendo em vista o constante no **processo nº 50621.000634/2023-28**, resolve:

Art. 1º **DELEGAR COMPETÊNCIA** plena e as responsabilidades decorrentes ao Superintendente Regional do DNIT no estado de Sergipe para realizar os procedimentos licitatórios, em todas as suas fases, inclusive os atos preparatórios e assinatura do contrato decorrente e aditivos, com vistas à contratação de empresa (as) especializada (as) para elaboração de projeto executivo das obras do Contorno e Travessia Urbana de Estância/SE, situada na rodovia federal BR-101/SE, no trecho entre o km 145,10 e o km 155,80, com extensão de 10,7 km, conforme o Relato Conjunto nº 127/2023/DPP-DAF/DNIT, o qual foi incluído na Ata da 32ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 22/08/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 4831, DE 28 DE AGOSTO DE 2023

A DIRETORIA COLEGIADA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT, representada pelo Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos arts. 12 e 173 do Regimento Interno aprovado pela Resolução/CONSAD nº 39, de 17/11/2020, publicada no DOU de 19/11/2020, e o disposto no **processo 50616.001382/2023-23**, resolve:

Art. 1º **DELEGAR COMPETÊNCIA** plena e as responsabilidades decorrentes ao Superintendente Regional do DNIT no estado de Santa Catarina para Contratação de empresa especializada para a Elaboração de Anteprojeto de Engenharia de Terceiras Faixas de Tráfego e melhoramentos em Interseções/Acessos na Rodovia BR-282/SC, segmento km 23+500 - km

103+800, Extensão: 80,30 km, incluindo análise e aprovação, conforme o Relato Conjunto nº 126/2023/DPP-DAF/DNIT, o qual foi incluído na Ata da 32ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 22/08/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO
Diretor-Geral

DIRETORIA-GERAL

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO nº 50600.025551/2023-90

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES- DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso V do art. 173 do Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução nº 39, de 17/11/2020, publicada no Diário Oficial da União de 19/11/2020 resolve alterar o Edital nº 5, de 17 de agosto de 2023, publicado no Boletim Administrativo nº 159, de 21 de agosto de 2023:

1. Nos itens 1.1.2 e 1.1.3,

Onde se lê:

1.1.2. Cada servidor poderá concorrer a apenas uma turma de um idioma, sendo vedada a participação do mesmo interessado em turmas de idiomas diferentes.

1.1.3. Em caso de duplicidade de inscrição, será considerada a mais recente.

Leia-se:

1.1.2. Cada servidor poderá participar em apenas uma turma, sendo vedada a participação do mesmo interessado em turmas de idiomas diferentes.

1.1.3. Em caso de duplicidade de inscrição no mesmo idioma, será considerada a mais recente.

2. Os demais itens do Edital permanecem inalterados.

3. Publica-se o Edital de Retificação.

PORTARIA Nº 4822, DE 28 DE AGOSTO DE 2023

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 173 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução CONSAD/DNIT nº 39, de 17/11/2020, publicado no DOU de 19/11/2020, e tendo em vista o constante no **processo nº 50623.600328/2017-28**, resolve:

Art. 1º **DESIGNAR** os servidores **FLÁVIO FERREIRA ASSIS**, Analista em Infraestrutura de Transportes, matrícula DNIT n.º 5150, e **ANAX LIMA BRAGA**, Analista em Infraestrutura de Transportes, matrícula DNIT n.º 4059, para sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão responsável pelo levantamento patrimonial rodoviário a ser transferido ao DNIT, Rodovia BR-010/TO; Trecho: Div. GO/TO (Rio Bezerra) - Div. TO/MA; Subtrecho: Entr. TO-020(A)/050(B)/070(B) (Palmas) - Entr. TO-020(B) (Aparecida do Rio Negro); Segmento: km 464,3 – km 530,2; Extensão: 65,9 km, SNV: 010BTO0285 e 010BTO0290.

Art. 2º Em contribuição à comissão constituída no artigo anterior, a Agência Tocantinense de Transportes e Obras – AGETO indica o Diretor de Faixa de Domínio **ANDRÉ LUIZ BARROS COSTA**, Engenheiro Civil, matrícula Funcional n.º 1022032.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO
Diretor-Geral

DIRETORIAS SETORIAIS

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 4847, DE 29 DE AGOSTO DE 2023

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS SUBSTITUTA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das suas atribuições regimentais e da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, III, "g", da Portaria nº 475, de 26 de janeiro de 2023, haja vista os termos do art. 91 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4 de setembro de 2001 e considerando o constante no **processo nº 50600.002424/2023-12**, resolve

Art. 1º **TORNAR SEM EFEITO** a Portaria nº 4786, de 24 de agosto de 2023, publicada no Boletim Administrativo nº 163, de 25 de agosto de 2023, que concedeu a interrupção da licença para tratar de interesses particulares, a partir de 28 de agosto de 2023, ao servidor **LUSIVALDO DOS SANTOS RIBEIRO**, matrícula DNIT nº 34 e SIAPE nº 11106011, ocupante do cargo de Agente Administrativo, anteriormente lotado na Coordenação Geral de Gestão de Pessoas nesta Sede em Brasília-DF.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDA GIMENEZ MACHADO FAÉ
Diretora de Administração e Finanças substituta

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA**PORTARIA Nº 4687, DE 21 DE AGOSTO DE 2023**

O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E PESQUISA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 175, inciso XVIII do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 39, de 17 de novembro de 2020, do Conselho de Administração do DNIT, e

Considerando o disposto no Manual de Diretrizes para Gestão, Fiscalização e Acompanhamento de Contratos Administrativos (SEI nº 7264334), vigente nesta Autarquia;

Considerando as características específicas dos contratos referentes a projetos;

Considerando o constante dos autos do **Processo Administrativo nº 50600.011038/2023-11**.

RESOLVE:

Art. 1º **DESIGNAR** os gestores e fiscais do Contrato nº 483/2023 (SEI nº 15436497) celebrado entre o DNIT e a empresa **RTA ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA.**, cujo objeto refere-se à contratação de empresa especializada para a Elaboração de Estudos e Projetos Básicos e Executivos de Engenharia para Adequação de Capacidade com Duplicação, Melhoria da Segurança e Eliminação de Segmentos Críticos da Rodovia BR-304/RN. Lote 02.

Art. 2º Designar os servidores ocupantes das funções de Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Projetos (CGDESP) e seu substituto, respectivamente, como Gestor Titular e Gestor Substituto do Contrato.

Parágrafo único. Em caso de exoneração/dispensa do cargo de Coordenador-Geral e/ou do substituto durante a vigência do contrato e de sua garantia, o(a) servidor(a) em questão estará automaticamente dispensado(a) do encargo referido no caput, o qual será assumido pelo servidor nomeado(a) em seu lugar.

Art. 3º Caberá ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

I - estabelecer comunicação formal com a contratada visando zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado;

II - coordenar, comandar e acompanhar a execução do contrato agindo de forma proativa e preventiva;

III - observar o cumprimento das regras previstas no contrato e buscar os resultados esperados;

IV - solicitar formalmente à contratada a correção de pendências constatadas na execução do contrato;

V - convocar e coordenar a reunião inicial, registrada em ata que posteriormente é incorporada ao Processo de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato. A reunião contará preferencialmente com a equipe técnica responsável pela elaboração do Termo de Referência, além dos fiscais e do preposto;

VI - emitir ordem inicial de serviço e autorizar implantação do contrato no sistema de controle de contratos;

VII - intervir e adotar providências na identificação de qualquer tipo de inconformidade, incluindo atrasos no atendimento de pendências anteriormente solicitadas;

VIII - realizar a atualização contínua do Mapa de Gerenciamento de Riscos durante a fase de gestão do contrato, com apoio da equipe de fiscalização do contrato;

IX - avaliar eventuais atrasos nos prazos de entrega ou ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto contratado;

X - analisar e conduzir processo com solicitação de repactuação do objeto, reajuste financeiro, reequilíbrio físico-financeiro, acréscimo/supressão de metas, interrupção de serviços, prorrogação de prazo ou encerramento unilateral;

XI - manter os sistemas atualizados com valor do contrato, com seus aditivos, se houver, e os valores empenhados e já pagos;

XII - receber, manifestar-se e dar o encaminhamento devido às dúvidas ou questionamentos feitos pela fiscalização e pela contratada;

XIII - instaurar e conduzir o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR).

Art. 4º Designar o servidor **JOSÉ JAELSON ALVES**, Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes, matrícula DNIT nº 4514-4, e seu substituto, o servidor **THIAGO SIMPLICIO RAIMUNDO DA SILVA**, Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes/Estrada, matrícula DNIT nº 4527-6, como Fiscal Administrativo titular e substituto, respectivamente, do presente contrato, cabendo as seguintes atribuições:

I - realizar todas as tarefas relacionadas ao controle de prazos, acompanhamento de empenho/pagamento, gestão de documentos, documentação relativa ao reajuste de preços, formalização de Apostilamentos e Termos Aditivos, e acompanhamento de garantias e glosas;

II - obter a anuência das partes para a celebração de Termo Aditivo e elaborar nota técnica fundamentada quanto aos aspectos formais, observando o término da vigência do contrato e assegurando que haverá tempo hábil para sua tramitação;

III - conferir os dados das faturas antes do ateste do fiscal técnico, promovendo as correções devidas e arquivando cópia junto aos demais documentos pertinentes;

IV - verificar a manutenção pela Contratada das condições de habilitação exigida pela Lei de Licitações, edital e contrato, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes;

V - acompanhar o valor do empenho, por meio dos sistemas apropriados;

VI - acompanhar rotineiramente a execução dos serviços administrativos, de forma de atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas verificados;

VII - solicitar a reparação/correção de irregularidades administrativas constatadas ao longo da vigência do contrato;

VIII - acompanhar o saldo do empenho em função do cronograma financeiro previsto de desembolso;

IX - acompanhar eventuais informações de descumprimento de obrigações constantes na apólice do seguro-garantia;

X - emitir o Termo de Encerramento do Contrato.

XI - tomar conhecimento dos Relatórios Periódicos Mensais elaborados pela contratada, no que diz respeito às questões administrativas, e registrar formalmente sua ciência, bem como informações complementares julgadas pertinentes, mediante documento (despacho ou nota técnica) no processo de fiscalização do contrato no SEI.

Art. 5º Designar o servidor **EIDER GOMES DE AZEVEDO ROCHA**, Analista em Infraestrutura de Transportes, matrícula DNIT nº 4699-0, e seu substituto, o servidor **FÁBIO MORAIS DE MATOS**, Analista em Infraestrutura de Transportes, matrícula DNIT nº 5519-0, como Fiscal Técnico, titular e substituto do presente Contrato, respectivamente, cabendo as seguintes atribuições:

I - representar o DNIT no local de execução dos serviços;

II - solicitar, quando for o caso, que o serviço seja refeito por inadequações ou vícios que apresentem;

III - realizar juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;

IV - proceder as medições nos serviços executados, conferindo-os, atestando-os e encaminhando-os ao fiscal administrativo para remessa à Sede para a remuneração correspondente;

V - realizar vistorias nos trabalhos de campo verificando sua conformidade com as normas vigentes e o cumprimento de orientações técnicas e indicações de segurança;

VI - emitir relatórios técnicos, laudos e pareceres sobre os resultados das fiscalizações efetuadas;

VII - verificar o fiel cumprimento das obrigações contidas na apólice do seguro-garantia e comunicar ao fiscal administrativo eventuais irregularidades;

VIII - obter a anuência das partes para a celebração de Termo Aditivo e elaborar nota técnica fundamentada quanto aos aspectos técnicos, observando o término da vigência do contrato e assegurando que haverá tempo hábil para sua tramitação;

IX - acompanhar o descarte adequado dos produtos ao fim de sua vida útil, em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);

X - determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição no todo ou em parte, às expensas da contratada, quando forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato ou de materiais empregados;

XI - emitir Termo de Recebimento Provisório de Obras e Serviços.

XII - tomar conhecimento dos Relatórios Periódicos Mensal elaborados pela contratada, no que diz respeito às atividades técnicas de campo neles descritas, e registrar formalmente sua ciência, bem como informações complementares julgadas pertinentes, mediante documento (despacho ou nota técnica) no processo de fiscalização do contrato no SEI.

XIII - quando necessário, elaborar nota técnica fundamentada quanto aos aspectos técnicos relevantes à elaboração do projeto, submetendo seu conteúdo aos gestores do contrato;

XIV - atuar no acompanhamento dos serviços de sondagens, ensaios geotécnicos, levantamento topográfico, estudos de tráfego, dentre outros levantamentos previstos na Fase Preliminar do Contrato, solicitando, quando for o caso, que o serviço seja refeito por inadequações ou vícios;

XV - realizar todas as tarefas relacionadas ao controle de prazos das atividades de campo, conforme prazos pactuados no cronograma contratual aprovado, reportando prontamente aos gestores do contrato possíveis atrasos ou descumprimentos observados;

XVI - atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas verificados, reportando-os, quando necessário, aos fiscais administrativos e aos gestores do contrato;

Art. 6º Aos Gestores e Fiscais do Contrato, caberão, sem prejuízo dos encargos inerentes às atribuições elencadas nesta portaria, as funções descritas no Manual de Diretrizes para Gestão, Fiscalização e Acompanhamento de Contratos Administrativos (SEI nº 7264334).

Art. 7º Informar que, em atenção ao recomendado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 2065/2013-TCU-Plenário, item 9.6, os servidores acima designados não terão dedicação exclusiva na fiscalização do contrato em comento.

Art. 8º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data da sua publicação e que a vigência se estenda até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO
Diretor de Planejamento e Pesquisa

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE ALAGOAS

PORTARIA Nº 4844, DE 29 DE AGOSTO DE 2023

O SUPERINTENDENTE REGIONAL NO ESTADO DE ALAGOAS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT, usando da competência que lhe foi delegada pelo artigo 144 do Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução CONSAD/DNIT nº 39, de 17/11/2020, publicada no Diário Oficial da União, de 19/11/2020, edição nº 221, Seção

1, consoante, ainda, pelas atribuições constantes na Portaria/Diretoria Colegiada/DNIT nº 4.012, de 12/07/2022, publicada no D.O.U. nº 132, de 14/07/2022, Seção 1, págs. 112/113, e, conforme o Ato de nomeação constante na Portaria/Ministério dos Transportes nº 309, de 13/04/2023, publicada no Diário Oficial da União, edição nº 72, de 14/04/2023, Seção 2, pág. 68, tendo em vista o consignado no **Processo Sei! nº 50620.000225/2022-51**,

CONSIDERANDO que a documentação foi elaborada pela detentora do contrato de gerenciamento nº 00 00377/2020, **CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A.**, com ART nº AL20230350893 e nº AL20230327416;

CONSIDERANDO que a Análise Técnica, Id. Sei! (15486217), realizada pela Comissão de Análise do Projeto, sendo esta nomeada através da Portaria nº 3586, de 03 de julho de 2023, Id. Sei! (14987282), foi executada em conformidade com a Portaria nº 657, de 12 de julho de 2013, que estabelece as orientações, no âmbito da Coordenação Geral de Desenvolvimento e Projetos – CGDESP/DPP, para a elaboração e apresentação de Anteprojetos de Engenharia para a contratação de obras rodoviárias e a Portaria nº 496, de 27 de março de 2014, a qual estabelece o procedimento padrão para licitação e contratação de anteprojetos no âmbito do DNIT,

RESOLVE:

Art. 1º **APROVAR** o Anteprojeto de Engenharia para Duplicação, Melhoramentos e Restauração da Rodovia BR-101/AL - Lote 02, descrito abaixo:

Rodovia/UF: BR-101/AL

Trecho: DIV PE/AL - DIV AL/SE

Subtrecho: Início da Área Indígena (Fim da Duplicação) - Fim da Área Indígena

SNV: 101BAL0622

Segmento: km 20,60 - km 30,50

Extensão: 9,90 km

Art. 2º **INFORMAR** que os arquivos do Anteprojeto encontram-se anexados ao **Processo Sei! nº 50620.000225/2022-51**:

- Volume I - Anteprojeto Remanescente BR-101/AL - Lote 2, Id. Sei! (15251246);
- Volume II - Anteprojeto Remanescente BR-101/AL - Lote 2, Id. Sei! (15251263);
- Volume IIIA - Anteprojeto Remanescente BR-101/AL - Lote 2, Id. Sei! (15251271);
- Volume IIIB - Anteprojeto Remanescente BR-101/AL - Lote 2, Id. Sei! (15251285);
- Volume IIIC - Anteprojeto Remanescente BR-101/AL - Lote 2, Id. Sei! (15251293);
- Volume IV - Anteprojeto Remanescente BR-101/AL - Lote 2, Id. Sei! (15412025);
- Planilha Orçamento - Anteprojeto Remanescente BR-101/AL - Lote 2, Id. Sei! (15412038).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PAES CERQUEIRA DE FRANÇA
Superintendente Regional

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

PORTARIA Nº 4790, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

O SUPERINTENDENTE REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe foi subdelegada através da Portaria DG/DNIT nº 224, de 15/01/2020, publicada no Diário Oficial da União de 16/01/2020, seção 1, página 40 (4832574), alterada pela Portaria DG/DNIT Substituto nº 86, de 05/01/2022, publicada no DOU de 07/01/2022 (10211979) que trata da delegação de competência aos Superintendentes Regionais do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes nos Estados e Distrito Federal para celebração de contratos administrativos, e considerando o constante dos autos do **processo nº 50603.000725/2023-81**,

RESOLVE:

Art. 1º **DESIGNAR** os servidores **WANDERLAN JOSÉ DE OLIVEIRA**, Agente Administrativo, Mat. SIAPE 1065106, **ALAN RANIERI BANDEIRA RAULINO**, Analista Administrativo, Mat. SIAPE 1547125, E **HERNANDO MONTEIRO SOUSA**, Analista Administrativo, Mat. SIAPE 1848562, para comporem a Equipe de Planejamento da Contratação para prestação de serviço de apoio à fiscalização dos contratos de prestação de serviços com cessão de mão de obra do DNIT/CE.

Art. 2º A Equipe de Planejamento da Contratação, no uso de suas atribuições, deverá elaborar:

- I - Estudo Técnico Preliminar da Contratação; e
- II - Mapa de Risco.

Art. 3º A equipe terá até 30 dias para que conclua os trabalhos, contados a partir da publicação do ato no Boletim Administrativo do Órgão.

Art. 4º Por força da determinação contida no Acórdão nº 2.065/2013-TCU/Plenário, informamos que os servidores acima designados não terão dedicação exclusiva a esta função.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO WILLIAMS CABRAL FILHO
Superintendente Regional

PORTARIA Nº 4857, DE 29 DE AGOSTO DE 2023

O SUPERINTENDENTE REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, usando das atribuições que lhe confere Portaria/DNIT nº 4.012 de 12/07/2022, publicada no Diário Oficial da União de nº 132 de 14/07/2022, do Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 50603.001409/2021-65**, resolve:

Art. 1º **DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato nº 00500/2021, firmado com a Empresa **IBIZA CONSTRUTORA LTDA.**, que tem como objeto a execução de serviços de manutenção (conservação/recuperação) rodoviária referente ao plano anual de trabalho e orçamento – PATO (DESEMPENHO) na(s) Rodovia(s) BR-222/CE; trecho: FORTALEZA (AVENIDA BEZERRA DE MENEZES) - DIV CE/PI; subtrecho: ENTR CE-243 (ITAPAGÉ) - ACESSO OESTE SOBRAL, subtrecho: ENTR BR-222 - ACESSO LESTE SOBRAL, subtrecho: ENTR BR-222 - ACESSO OESTE SOBRAL; segmentos: Km 122,20 ao Km 227,90 / Km 0,00 ao Km 3,80 / Km 0,00 ao Km 2,50; extensão: 112,00 Km.

Gestor	Titular: FRANCISCO WILLIAMS CABRAL FILHO, Superintendente Regional, mat. SIAPE n º 3340159. Substituto: VICTOR HUGO BARROSO BARBOSA, Analista de Infraestrutura de Transportes, matrícula DNIT n º 5539-5.
Fiscal Técnico	Titular: MARCIO LOPES DA FROTA, Analista de Infraestrutura de Transportes, matrícula DNIT n º 3219-0. Substituto: RICARDO WALTER GIACOMELLI, Analista de Infraestrutura de Transportes, matrícula DNIT n º 3055-4.
Fiscal Administrativo	Titular: LEANDRO BASTOS LANDIM, Analista de Infraestrutura de Transportes, matrícula DNIT n º 3531-9. Substituto: TATIANA LIPPI, Técnica de Suporte em Infraestrutura de Transportes, matrícula DNIT n º 3101-1.

Art. 2º **COMPETE AO GESTOR:** a) estabelecer comunicação formal com a contratada visando zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado; b) coordenar, comandar e acompanhar a execução do contrato agindo de forma proativa e preventiva; c) observar o cumprimento das regras previstas no contrato e buscar os resultados esperados; d) solicitar formalmente à contratada a correção de pendências constatadas na execução do contrato; e)

convocar e coordenar a reunião inicial, registrada em ata que posteriormente é incorporada ao Processo de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato. A reunião contará preferencialmente com a equipe técnica responsável pela elaboração do Termo de Referência, além dos Fiscais e do Preposto; f) emitir ordem inicial de serviço e autorizar implantação do contrato no sistema de controle de contratos; g) intervir e adotar providências na identificação de qualquer tipo de inconformidade, incluindo atrasos no atendimento de pendências anteriormente solicitadas; h) Realizar a atualização contínua do Mapa de Gerenciamento de Riscos durante a fase de gestão do contrato, com apoio da Equipe de Fiscalização do Contrato; i) avaliar eventuais atrasos nos prazos de entrega ou ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto contratado; j) analisar e conduzir processo com solicitação de repactuação do objeto, reajuste financeiro, reequilíbrio físico-financeiro, acréscimo/supressão de metas, interrupção de serviços, prorrogação de prazo ou encerramento unilateral; k) manter os sistemas atualizados com valor do contrato, com seus aditivos, se houver, e os valores empenhados e já pagos; l) receber, manifestar-se e dar o encaminhamento devido às dúvidas ou questionamentos feitos pela fiscalização e pela contratada; m) instaurar e conduzir o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR).

Art. 3º COMPETE AO FISCAL TÉCNICO: a) Representar o DNIT no local de execução dos serviços; b) Solicitar, quando for o caso, que o serviço seja refeito por inadequação ou vícios que apresentem; c) Realizar juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais; d) Proceder as medições nos serviços executados, conferindo-os, atestando-os e encaminhando-os ao Fiscal Administrativo para remessa à Sede para a remuneração correspondente; e) Realizar vistorias nos trabalhos de campo verificando sua conformidade com as normas vigentes e o cumprimento de orientações técnicas e indicações de segurança; f) Emitir relatórios técnicos, laudos e pareceres sobre os resultados das Fiscalizações efetuadas; g) Verificar o fiel cumprimento das obrigações contidas na apólice do seguro-garantia e comunicar ao fiscal administrativo eventuais irregularidades; h) Obter a anuência das partes para a celebração de Termo Aditivo e elaborar nota técnica fundamentada quanto aos aspectos técnicos, observando o término da vigência do contrato e assegurando que haverá tempo hábil para sua tramitação; i) Acompanhar o descarte adequado dos produtos ao fim de sua vida útil, em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010); j) Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição no todo ou em parte, às expensas da contratada, quando forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato ou de materiais empregados; k) Emitir Termo de Recebimento Provisório de Obras e Serviços. Para contratos de Tecnologia da Informação, verificar a manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e Modelo de Gestão do Contrato, conforme disposto nos art. 18 e 19 da IN SLTI/MP nº 01/2019 (importante ressaltar que os contratos firmados até 1º de julho de 2019 continuarão vigorando conforme a IN SLTI/MP nº 4 de 2014).

Art. 4º COMPETE AO FISCAL ADMINISTRATIVO: a) Realizar todas as tarefas relacionadas ao controle de prazos, acompanhamento de empenho/pagamento, verificação do cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e fundiárias, gestão de documentos, documentação relativa ao reajuste de preços, formalização de Apostilamentos e

Termos Aditivo, e acompanhamento de garantias e glosas; b) Obter a anuência das partes para a celebração de Termo Aditivo e elaborar nota técnica fundamentada quanto aos aspectos formais, observando o término da vigência do contrato e assegurando que haverá tempo hábil para sua tramitação; c) Conferir os dados das faturas antes do ateste do fiscal técnico, promovendo as correções devidas e arquivando cópia junto aos demais documentos pertinentes; d) Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação exigida pela Lei de Licitações, edital e contrato, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes; e) Em contratos de terceirização de mão de obra, manter o controle nominal dos empregados da Contratada vinculados ao contrato, bem como exigir que se apresentem uniformizados, com crachá de identificação e que tenham bom comportamento, quando assim se fizer necessário; f) Acompanhar o valor do empenho, por meio dos sistemas apropriados; g) Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços administrativos, de forma a atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas verificados; h) Solicitar a reparação/correção de incorreções/irregularidades administrativas resultantes da execução do contrato; i) Acompanhar o saldo do empenho em função do cronograma financeiro previsto de desembolso; j) Acompanhar junto ao fiscal técnico eventuais informações de descumprimento de obrigações constantes na apólice do seguro-garantia e reportar para a Unidade Gestora; k) Subsidiar a emissão do Termo de Encerramento do contrato.

Art. 5º INFORMAR que os servidores acima designados não terão dedicação exclusiva a estas funções, por força da determinação contida no Acórdão 2065/2013-TCU Plenário, item 9.6.

Art. 6º REVOGAR a Portaria 7421 (10131323), publicada no BA nº 245 de 29 de dezembro de 2021.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação.

FRANCISCO WILLIAMS CABRAL FILHO
Superintendente Regional

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Dispensa por participar de Mesas Receptoras ou Juntas Eleitorais

FERNANDA PAULA DA SILVA, matr. DNIT n º 856-7, período: 25/08/2023.
Processo n º 50619.002240/2018-96.

Pagamento de Substituição

FERNANDA PAULA DA SILVA, matr. DNIT n.º 856-7, substituiu a Chefe do Serviço de Gestão de Pessoas da SR-MS/DNIT, no período de 17/07/2023 a 21/07/2023 por motivo de férias e no período de 08/08/2023 a 10/08/2023, por motivo de participação em programa de treinamento da titular da função. Processo n.º 50619.500063/2017-28.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARÁ**PORTARIA Nº 3571, DE 03 DE JULHO DE 2023**

O SUPERINTENDENTE REGIONAL NO ESTADO DE PARÁ DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º da Portaria/DNIT n.º 4.012, de 12 de julho de 2022 (SEI n.º 11895176), publicada no Diário Oficial da União de 14 de julho de 2022, seção 1, páginas 112 e 113 (SEI n.º 11919332), tendo em vista o constante do **Processo n.º 50602.001324/2022-78**.

CONSIDERANDO o que dispõe a Instrução Normativa n.º 51, de 03/09/2021.

CONSIDERANDO a Análise Técnica feita pelo Serviço de Construção Terrestre da Coordenação de Engenharia Terrestre desta Superintendência Regional;

RESOLVE:

Art. 1º **APROVAR** as Planilhas Orçamentárias para Contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviços de Supervisão de Obras de Arte Especiais e Obras Remanescentes de Implantação e Pavimentação da Rodovia BR-308 no Estado do Pará, abaixo descrito:

Lote de Supervisão:	Único
Rodovia:	BR-308/PA
Trecho:	Entr. BR-010(A)/BR-316(A) (Belém) - Divisa PA/MA
Subtrecho:	Entr. BR-316 (B)/PA-124/242(Capanema) - Entr Viseu
Segmento:	Km 203,27 - km 318,90
Extensão:	115,63 km
Código SNV:	308BPA0200 / 308BPA0260
Planilha Orçamentária:	Anexo V - Planilhas Orçament. Cotações De Preços (SEI n.º 14969096)
Valor Global:	R\$ 14.010.943,42 (quatorze milhões, dez mil novecentos e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos)

Art. 2º REVOGAR o teor das portaria nº 2010, de 14 de abril de 2023 (SEI nº 11541277).

DIEGO BENITAH BATISTA
Superintendente Regional

PORTARIA Nº 4551, DE 14 DE AGOSTO DE 2023

O SUPERINTENDENTE REGIONAL NO ESTADO DE PARÁ DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º da Portaria/DNIT nº 4.012, de 12 de julho de 2022 (SEI nº 11895176), publicada no Diário Oficial da União de 14 de julho de 2022, seção 1, páginas 112 e 113 (SEI nº 11919332), tendo em vista o constante do **Processo nº 50602.002517/2022-46**.

CONSIDERANDO o que dispõe a Instrução Normativa nº 51, de 03/09/2021.

CONSIDERANDO a Análise Técnica feita pelo Serviço de Construção Terrestre da Coordenação de Engenharia Terrestre desta Superintendência Regional;

RESOLVE:

Art. 1º **APROVAR** as Planilhas Orçamentárias para prestação de serviços técnicos de supervisão da execução das obras de artes especiais e atualização de projeto e levantamento de remanescente de pavimentação na BR-230/PA, abaixo descrito:

Lote de Supervisão:	ÚNICO
Rodovia:	BR-230/PA
Trecho:	Div. TO/PA (Início Travessia Rio Araguaia) – Div. PA/AM (Palmares)
Subtrecho:	Fim travessia urbana de Altamira - Entr BR-163(A)(Rurópolis)
Segmento:	km 704,90 ao km 1007,10
Extensão:	302,20 km
Código SNV:	230BPA1500 / 230BPA1580
Planilha Orçamentária:	15448262 - Planilha Orçamentária Anexa
Valor Global:	R\$ 16.156.324,87 (dezesesseis milhões, cento e cinquenta e seis mil trezentos e vinte e quatro reais e oitenta e sete centavos)

Art. 2º REVOGAR o teor da Portaria nº 6870, de 13 de dezembro de 2022 (SEI nº 13207910).

DIEGO BENITAH BATISTA
Superintendente Regional

PORTARIA Nº 4686, DE 21 DE AGOSTO DE 2023

O SUPERINTENDENTE REGIONAL NO ESTADO DO PARÁ DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT, no uso das atribuições subdelegadas pelo Art. 177 do Regimento Interno do DNIT aprovado pelo Resolução nº 39 de 17/11/2020 e publicado no Diário Oficial da União em 19/11/2020, nomeado pela Portaria nº 375 de 28/04/2023, publicada no Diário Oficial da União de 02/05/2023, Seção 2, Pág. 92, por força da Delegação de Competência fulcrada no Art. 5º da Portaria/DG nº 4.012 de 12/07/2022, publicada no Diário Oficial da União de 14/07/2022, tendo em vista o que consta do **Processo nº 50602.004181/2019-51**.

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 3º da PORTARIA Nº 4012, DE 12 DE JULHO DE 2022 de Delegação e subdelegação de competências aos Superintendentes Regionais do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT nos Estados e Distrito Federal.

CONSIDERANDO a apresentação Parecer Técnico Circunstanciado de RPFO 116 (14904755) e seus anexos 1ª RPFO (SEI nº 14904717), Planilha 1ª RPFO (SEI nº 14904734) e Parecer Técnico Resumido de RPFO CET - PA (14942470).

RESOLVE:

Art. 1º **APROVAR** 1ª Revisão de Projeto em Fase de Obras (SEI nº 14904717), Planilha 1ª RPFO (SEI nº 14904734) com reflexo financeiro positivo ao Contrato 02 00263/2023, cujo objeto é a Execução da Obra de Construção dos Acessos às Pontes Sobre os Igarapés Bueiro e Preto, localizados na Rodovia BR-163/PA, trecho: Div MT/PA (Igarapé XV de Novembro) - Fronteira Brasil/Suriname, Subtrecho: Entr BR-230/PA (B) (Rurópolis) - Divisa Rurópolis Placas, km 814,00 e km 844,00, Pontos Localizados.

Rodovia/UF: BR - 163/PA

Trecho: Div MT/PA (Igarapé XV de Novembro) - Fronteira Brasil/Suriname.

Subtrecho: Entr BR-230/PA (B) (Rurópolis) - Divisa Rurópolis Placas, km 814,00 e km 844,00, Pontos Localizados.

Lote: Único

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO BENITAH BATISTA
Superintendente Regional

PORTARIA Nº 4762, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

O SUPERINTENDENTE REGIONAL NO ESTADO DO PARÁ DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 4.012, de 12 de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 14 de julho de 2022, do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e tendo em vista o que consta do **Processo nº 50602.001954/2022-42**

R E S O L V E:

Art. 1º **DESIGNAR** os seguintes membros, para comporem a Equipe de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato nº 02 00470/2023, firmado com a empresa **V. F. GOMES CONSTRUTORA LTDA**, cujo objeto é a Execução dos Serviços de Manutenção (Conservação/Recuperação) Rodoviária referente ao Plano Anual de Trabalho e Orçamento – P.A.T.O na Rodovia: BR-158/PA, Trecho: Entroncamento BR-155/PA (P/Redenção) – Divisa PA/MT, Subtrecho: Entroncamento BR-155/PA (P/Redenção) – Entroncamento BR-235, Segmento: km 590,50 ao km 699,00, Extensão: 108,50 km.

Fiscal Técnico	Titular , o servidor ABÍLIO MANOEL FIGUEIREDO MEDEIROS , Analista em Infraestrutura de Transportes, matrícula DNIT nº 5424-0.
	Substituto , o servidor JAIRO DE JESUS RABELO , Analista em Infraestrutura de Transportes, matrícula DNIT nº 4232-3
Fiscal Administrativo	Titular , o Chefe do Serviço de Manutenção Terrestre
	Substituto , o Chefe do Serviço de Manutenção Terrestre - Substituto.

Art. 2º **INFORMAR** que atuará como gestor do contrato o Superintendente Regional, e como gestor substituto o Superintendente Regional - Substituto.

Art. 3º **INFORMAR** que o fiscal do contrato irá acompanhar, controlar e registrar ocorrências de execução do contrato, determinando medidas necessárias à regularização das faltas, falhas e defeitos observados; opinar sobre adiantamento e prorrogação; acompanhar a execução dos serviços, certificar as faturas e notas fiscais, realizar a gestão dos documentos, indicar eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, decorrentes de glosas; acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços de prestação de serviços.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

DIEGO BENITAH BATISTA
Superintendente Regional

Pagamento de Substituição

MARCUS CAVALCANTE DE OLIVEIRA, matrícula DNIT nº 1054919, substitui o Chefe do Serviço de Desapropriação, Reassentamento e Meio Ambiente - FCE 1.05, no período de: 25/07/2023 a 03/08/2023, por motivos de férias do titular. Processo nº 50602.002223/2023-03.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DA PARAÍBA**PORTARIA Nº 4848, DE 29 DE AGOSTO DE 2023**

O SUPERINTENDENTE REGIONAL NO ESTADO DA PARAÍBA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições legais e da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 4.012, de 12 de julho de 2022 (SEI nº 11895176), publicada no Diário Oficial da União nº 132 de 14 de julho de 2022 (SEI nº 11919332),

RESOLVE:

Art. 1º **DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar a fiscalização contratual do instrumento SR/PB nº 0434/2023, firmado com o **CONSÓRCIO CLC/CONSERVA**, cujo objeto é contratação de empresa especializada para execução do remanescente das obras de adequação de capacidade e segurança da Rodovia BR-230/PB, do Km 2,00 Ao Km 13,38, sob a coordenação da Superintendência Regional do DNIT/PB, com extensão de 11,38 km:

Fiscais Técnicos	Titular: RODRIGO FERREIRA MENDONÇA , Analista em Infraestrutura de Transportes, Matrícula DNIT nº 3404-5;
	Substituto: DÁCIO VALES LACERDA , Analista em Infraestrutura de Transportes, Matrícula DNIT nº 4010-0.
Fiscalização Administrativa	Serviço de Construção Terrestre;
Encarregado pelo Processamento da Medição	Coordenação de Engenharia;
Número de Processo de Licitação	50613.000892/2023-11

Art. 3º Caberá ao Fiscal do Contrato acompanhar, controlar e registrar ocorrências de execução do contrato, determinando medidas necessárias à regularização das faltas, falhas e defeitos observados; opinar sobre adiantamento e prorrogação; acompanhar a execução dos serviços, certificar as faturas e notas fiscais, realizar a gestão dos documentos, indicar eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, decorrentes de glosas; acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços de prestação de serviços.

Parágrafo único. Além das atribuições previstas no Caput deste artigo, os fiscais designados nesta Portaria deverão atender à Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos e demais normativos inerentes à espécie, ao Manual de Fiscalização de Contratos em vigor nesta Autarquia e a todas as Instruções de Serviço e Normativas vigentes, devendo submeter à avaliação superior qualquer inconsistência entre os documentos que gere dúvida ao perfeito exercício da fiscalização.

Art. 4º INFORMAR que atuará como Gestor do Contrato o Superintendente Regional do DNIT no Estado da Paraíba, **ARNALDO MONTEIRO COSTA** (SIAPE nº 33*****).

Art. 5º INFORMAR que os servidores acima designados não terão dedicação exclusiva para esta função, conforme recomendação contida no item 9.6 do Acórdão 2065/2013-TCU Plenário.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARNALDO MONTEIRO DA COSTA
Superintendente Regional

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Dispensa por Participar de Mesas Receptoras ou Juntas Eleitorais

CINTIA ANDRADE PEIXOTO DE ALBUQUERQUE, Mat. SIAPE nº 1094548, período: 03/11/2023. Processo nº 50604.002079/2020-34.

Licença para Tratamento de Saúde

THIAGO GUIMARÃES TAVARES, matr. SIAPE nº 1547198, período: 03 e 12/08/2023. Processo nº 50604.000407/2023-19.

COMPOSIÇÃO, REPRODUÇÃO E EXPEDIÇÃO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/DNIT

SAN Quadra 03, Lote A -Edifício Núcleo dos Transportes -DNIT- 4º Andar - Sala 4288

CEP 70040-902 - Brasília/DF

Telefones: (61) 3315-4702/4108/4216

E-mail: daf@dnit.gov.br

Endereço <http://intradnit.intranet/pagina-principal/menu-navegacao/boletins-administrativos>

e

<https://servicos.dnit.gov.br/dnitcloud/index.php/apps/files/?dir=/Boletim%20Administrativo&fileid=4633186>